

BOLETIM 256

Brasília, 28 de novembro de 2016

FST realiza seminário nacional para unificar luta da classe trabalhadora

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) realiza na próxima terça-feira (29), às 9h, no auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, em Brasília, o Seminário Nacional do FST, com o objetivo de unificar a luta de classe contra os ataques que o movimento sindical e os trabalhadores vêm sofrendo por parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além do poder econômico.

São esperados sindicalistas de todo o país, das 20 entidades filiadas que compõem o FST, para discutir sobre a conjuntura atual para o movimento e as estratégias a serem traçadas para enfrentar os desafios de 2017. Segundo análise do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), os desafios consistem, de um lado, em reunir forças para encarar a investida da mídia e dos patrões sobre os direitos dos trabalhadores, e, de outro, em apostar numa agenda positiva e na formação de quadros para garantir novos direitos e melhorar a correlação de forças nos embates no governo e no Congresso Nacional.

O coordenador nacional do FST e presidente da CONTEC, Lourenço Prado, ressaltou a importância da atuação das Confederações nesse cenário. “O FST vai unir forças e lutar ainda



mais. Pois sabemos que poucos defendem os trabalhadores no Congresso”, disse Prado.

CONFEDERAÇÕES FILIADAS AO FST:

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CONTRICOM – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Imobiliário

CNTTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes

CNPL – Confederação Nacional dos Profissionais Liberais

CONTTMAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos

CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

CONTCOP – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura



CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

CONTRATUH – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.

CNTS – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos

CNTQ – Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos

CONATIG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos

CNTV - Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços

CONATEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios

COBRAPOL – Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis

Fonte: FST

Trabalhadores fazem protesto em todo país

O Dia Nacional de Lutas, Paralisações e Protestos, organizado por CUT, Força Sindical, Nova Central, CTB, UGT, Conlutas, CGTB e Intersindical mobilizou trabalhadores em todas as regiões do País. Os atos tiveram formatos diferenciados e nem sempre mostraram afinação

nos discursos dos dirigentes. Porém, foram marcados pela forte participação das categorias profissionais, como metalúrgicos, químicos, rodoviários e servidores, entre outras.

Em São Paulo (Capital), ocorreram manifestações nos locais de trabalho pela manhã, além de atos em frente à Superintendência do INSS na sede local do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - este por mais investimentos no setor produtivo e reforço à exigência de conteúdo local na liberação de créditos.

Ações - Em São José dos Campos e Jacareí, metalúrgicos de oito fábricas - General Motors, TI Automotive, Ericsson, Gerdau, Parker Filtros, Hitachi, Avibras e Latecoere - realizaram protestos contra as reformas neoliberais de Temer. Na região, além dos metalúrgicos também houve mobilizações, entre outros, de petroleiros, servidores municipais, químicos e vidreiros.

Em Osasco, mais de cinco mil metalúrgicos participaram das manifestações ao parar por pelo menos uma hora a produção de 15 fábricas.

Em Guarulhos, mais de mil trabalhadores foram mobilizados no protesto comandado pelo Sindicato dos metalúrgicos em cinco fábricas: Gecede, Securit, Sky Master, HRM e Roll-For. Os Servidores também realizaram manifestação no terminal de transporte coletivo do Bairro São João, entregando panfletos para conscientizar a população sobre as maldades das reformas e da PEC 55.

Avaliações - O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, considerou o saldo das manifestações positivo. “É um dia importante, de esquentar. Estamos começando uma mobilização grande em defesa dos direitos e da Previdência Social. Estamos aqui pra dizer que



queremos ajudar ao Brasil a sair da crise e melhorar a economia. Não queremos pagar a conta da crise”, afirma.

Ricardo Patah, presidente da UGT, cobrou diálogo sobre medidas que atingem os trabalhadores. “Não podemos ter reformas açodadas, como está ocorrendo com a PEC 241, que o trator passou na Câmara e, agora, que virou PEC 55, querem passar o trator de novo no Senado”, diz.

Greve geral - O metalúrgico e dirigente nacional da CSP-Conlutas, José Maria de Almeida, vê crescer nas bases o sentimento pró-greva geral. “Se as direções das Centrais apontarem para uma paralisação geral, a base trabalhadora vai apoiar. As reformas, em si, já são uma violência, ainda mais vindas de um governo golpista e de um Congresso desgastado”, frisa.

Para Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi um dia importante de luta contra as reformas, a retirada de direitos e o aumento na idade da aposentadoria. “A classe trabalhadora precisa estar unida para enfrentar esses ataques. Além disso, encerrar as manifestações no BNDES é importante, porque o desrespeito ao conteúdo local nos contratos de financiamento trará prejuízos para os trabalhadores e para a economia nacional”, aponta.

Rio - A opinião é compartilhada por Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da CNTM. Ele ressalta: “A defesa do conteúdo nacional é primordial manter os postos de trabalho, principalmente em um momento de crise e forte desemprego”. Miguel adianta que o próximo passo é um ato no Rio de Janeiro, onde fica a sede nacional do BNDES.

Fonte: Agência Sindical

Oposição pede impeachment de Temer e base aliada presta solidariedade ao presidente

A oposição ao governo federal quer o impeachment de Michel Temer após as denúncias do ex-ministro da Cultura. Já o PSDB e PMDB prestam solidariedade ao presidente da República depois de demissão do ministro Geddel Vieira Lima.

Em depoimento a Polícia Federal, o ex-ministro da cultura Marcelo Calero afirmou que o presidente Michel Temer o teria pressionado para resolver o problema do imóvel do ex-ministro Geddel em uma praia de Salvador.

A obra foi embargada por decisão do Iphan, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O porta-voz do governo, Alexandre Parola, disse que Temer buscou intermediar o conflito entre Calero e Geddel, mas que em nenhum momento pressionou o ex-ministro da cultura.

O líder do PT no Senado, Lindberg Farias, comentou que o caso é de crime de responsabilidade e que cabe um pedido de impeachment. O PSOL na Câmara também informou que deve protocolar um pedido de impedimento do presidente da República na próxima segunda-feira.

Por outro lado, a base aliada saiu em defesa de Michel Temer. O presidente do PSDB,

senador Aécio Neves, repudiou a notícia de que Calero teria gravado conversa com Temer.

Aécio também criticou a oposição e disse que não cabe impeachment neste momento. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso veio a Brasília para um encontro com prefeitos do PSDB e minimizou a crise política em torno da saída do ministro Geddel.

Em nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, também defendeu Temer e disse que as alegações do ex-ministro da Cultura não afetam o presidente Michel Temer e que as trocas ministeriais não vão alterar a agenda de votações do Senado, como a PEC do teto de gastos.

Renan Calheiros ainda afirmou que, se necessário, vai cancelar o recesso de final de ano para aprovar as medidas econômicas em tramitação na casa.

Fonte: Portal EBC

Senado discutirá imposto progressivo como alternativa à PEC do Teto de Gastos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal realizará nesta segunda-feira (28), às 19h, audiência pública para discutir alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016.

Alternativas à PEC do Teto de Gastos, que limita por 20 anos o aumento dos gastos públicos à variação da inflação, serão novamente debatidas



pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta segunda-feira (28), às 19h. O tema da audiência pública é a progressividade tributária, que é a possibilidade de tornar as alíquotas dos impostos mais elevadas à medida que sobe a base de cálculo.

A audiência foi requerida pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que têm se manifestado contra a Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, defendida pelo governo.

São convidados Élica Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo; Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia; Ricardo Lodi, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Henrique Freitas, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco); Rodrigo Orair, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Paulo Gil Holck, membro do Instituto Justiça Fiscal.

Fonte: Agência Senado



Dieese elabora e disponibiliza 9ª edição do Boletim de Conjuntura

O Boletim de Conjuntura do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) Número 9, de Novembro, visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc. É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todos as entidades filiadas.

A publicação, que deve ser leitura obrigatória da classe trabalhadora e do movimento sindical, pode ser acessada no endereço: <http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2016/boletimConjuntura009.pdf>

Fonte: Diap

Escola Dieese de Ciências do Trabalho está com inscrições abertas

A Escola DIEESE de Ciências do Trabalho está com inscrições abertas para os cursos de extensão e pós-graduação em Economia e Trabalho e para as vagas remanescentes da graduação em Ciências do Trabalho.

Economia e Trabalho

Os cursos de extensão e pós-graduação são presenciais, com duração de 18 meses. As aulas são aos sábados (das 8h30 às 17h30) ou às terças e quintas-feiras (19 horas às 22h40). Inscrições até 2 de dezembro.

Ciências do Trabalho

O curso de graduação tem duração de três anos. As aulas são presenciais, de segunda a sexta no período noturno.

O processo seletivo é dividido em duas etapas agendadas: redação e entrevista. As provas podem ser realizadas até 20 de dezembro. As matrículas serão realizadas de 16 a 31 de janeiro de 2017.

A escola fica à rua Aurora, 957, Santa Ifigênia, Centro de São Paulo (metrô República).

Mais informações: www.escola.dieese.org.br

Fonte: Diap

Ministro Marco Aurélio afirma que acordos não podem afastar garantias constitucionais dos trabalhadores

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, afirmou, nesta quinta-feira (24), no Tribunal Superior do Trabalho, que o reconhecimento de acordos e convenções coletivas pelo artigo 7º da Constituição não contempla a possibilidade de afastar direitos e garantias já integrados ao patrimônio do



Marco Aurélio: acordos não podem reduzir direitos consagrados na lei e na Constituição

trabalhador. "Não se pode, empolgando o instrumento coletivo, que foi previsto para trazer aportes aos direitos da categoria profissional, partir para redução de interesses já reconhecidos, quer contratualmente, quer pela legislação, quer pela Carta da República, a categoria profissional", afirmou.

Marco Aurélio proferiu a conferência de abertura do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do Tribunal Superior do Trabalho. O ministro afirmou ainda que reconhece a possibilidade de uma certa flexibilização no campo dos direitos trabalhistas, através de acordos, com a participação dos sindicatos da categoria profissional e empresarial, "até mesmo em detrimento de certas garantias". No entanto, alerta que "o legislador constituinte de 1988 foi cuidadoso ao prever direitos afastáveis mediante o instrumento coletivo".

Isso, segundo o ministro, estaria contemplado no próprio artigo 7º - entre eles a "redução salarial em composição para assegurar a fonte do próprio sustento do trabalhador" e a redução da jornada de trabalho. "Podemos

afirmar sem desassombros, que, fora essas possibilidades, contempladas expressamente, não há como dar-se ao acordo coletivo e a convenção coletiva um sentido maior de afastamento de direito e garantias já integradas ao patrimônio do trabalhador", destacou.

Ele citou cláusulas pétreas para afirmar que nem mesmo uma emenda constitucional pode afastar direitos e garantias individuais. Para o ministro, que integrou o TST de 1981 a 1990, agora, mais do que ontem, há a necessidade de que as normas trabalhistas sejam imperativas. "Não podemos retroagir à fase que foi ultrapassada em 1943, quando se deslocou a regência da relação do trabalho do Código Civil para a CLT".

Marco Aurélio alertou também, ainda que "pese a existência de críticas desavisadas", para a necessidade "também imperiosa" de se ter esse ramo especializado da Justiça, que é o da Justiça do Trabalho. "E viva, mas viva mesmo, a Justiça do Trabalho", concluiu.

Fonte: Jusbrasil

Entenda as regras atuais para recebimento de auxílios trabalhistas

Em julho, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou que o presidente Michel Temer deve enviar até o final deste ano três propostas de reforma trabalhista ao Congresso Nacional. São elas: atualização da CLT, regulamentação da terceirização e transformação



do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) em algo permanente.

Porém, apesar de estar há mais de um ano em vigor, as regras atuais para recebimento de auxílios trabalhistas ainda causam dúvidas nos empregadores e empregados. Essas medidas, vigentes desde março de 2015 e provisórias, restringem o acesso ao seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte.

Essas normas, segundo o governo, deve economizar R\$ 18 bilhões, o que corresponde a cerca de um quarto da meta de economia do setor público para este ano, que é de R\$ 66,3 bilhões.

Seguro desemprego - Anteriormente, a concessão do primeiro seguro desemprego tinha carência de seis meses de trabalho ininterruptos. Agora, o prazo é de 18 meses trabalhados nos dois anos anteriores à dispensa na primeira solicitação; 12 meses trabalhados nos 16 meses anteriores à dispensa na segunda solicitação e 6 meses de trabalho a partir da 3ª solicitação.

Auxílio-doença - Nas regras antigas, o benefício era calculado pela média dos 80% dos maiores salários de contribuição e a empresa pagava o salário nos primeiros 15 dias de afastamento. Na nova disposição, o auxílio é limitado à média das últimas 12 contribuições e a empresa paga o salário nos primeiros 30 dias de afastamento.

Pensão por morte - Antes, não havia tempo mínimo de contribuição, a pensão era vitalícia e os dependentes recebiam o mesmo valor que era pago ao segurado. Atualmente, é preciso o tempo mínimo de 2 anos de contribuição, exceto para casos de acidente de trabalho e doença profissional ou do trabalho, e a pensão vitalícia passa a ser para os cônjuges a

partir de 44 anos e proporcional à idade para os mais jovens.

Além disso, o pagamento entre 60% e 100% da pensão será feito de acordo com o número de dependentes, sendo respeitado o piso de um salário mínimo, e quando um membro da família deixar de ser dependente, os 10% a que tem direito não serão pagos aos demais.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)